

Assumo neste instante — profundamente agradecido a quantos tornaram possível esta investidura — a Cadeira nº 27 da Academia Cearense de Letras, anteriormente ocupada pelo saudoso escritor Adonias Lima e que tem como Patrono o sociólogo Soriano de Albuquerque.

Estou advertido e consciente das grandes responsabilidades que me esperam. Principalmente porque reconheço, com humildade, as minhas limitações. E, em conseqüência, a quase impossibilidade de transmitir, acrescido de minha própria contribuição, o legado cultural que acabo de receber.

Um compromisso, no entanto, posso assumir. Sou um homem teimoso e obstinado. Se não o fosse, certamente aqui não estaria. Teria permanecido, como tantos outros, na “minha cidade pacata banhada de azul e vento”. Na rua do brejo, em Juazeiro. Para todo o sempre, “um menino triste espantando graúnas”.

Descendendo, em linha reta, de famílias tradicionais, cujas raízes econômicas se fincavam nos engenhos, é provável que eu fosse hoje um comerciante próspero. Um rico plantador de cana e de arroz. Ou — quem sabe? — um jogador profissional. Um marginalizado. Um homem consumido pela solidão, pelo álcool, talvez — que esses são os caminhos quase sempre percorridos.

Não quis ficar. Emigrei. Bati asas. Ganhei mundo. Permaneço fiel às minhas origens. E espero viver ainda o suficiente para aprender muito. Para produzir muito. Para justificar a difícil incumbência que agora recebo. Para firmar uma

posição de resguardo ao talento e à cultura de Adonias Lima e Soriano de Albuquerque.

E isso, em sã consciência, eu prometo aos meus amigos.

Nascido no dia 8 de janeiro de 1877, no Engenho Frescundim, município de Água Preta, Pernambuco, Manuel Soriano de Albuquerque conclui, em 1899, o Curso Jurídico da Faculdade de Direito do Recife. E já no ano seguinte se encontrava no Crato, nomeado Juiz-Substituto pelo Presidente Antônio Pinto Nogueira Acióli, por interferência do Coronel Belém, influente chefe político do Cariri, pai de Manuel Belém de Figueiredo, grande amigo e colega de turma do novo magistrado.

Integra-se, rapidamente, à vida sócio-cultural da cidade. Tanto que, neste mesmo ano, escreve, monta e dirige a peça “Crato de Alto a Baixo”. Júlia Milfont Amorim — uma das jovens do elenco — torna-se sua esposa. Dois anos mais tarde.

Nessa época, afora outras iniciativas de cunho cultural, funda, juntamente com o Padre Severino de Vasconcelos, o Colégio Leão XIII. E, ajudado por Esmeraldo Sobrinho, estrutura a entidade “Romeiros do Porvir”, responsável pela publicação de *A Semana*, depois transformado no jornal de cultura *Sul do Estado*.

Já então Soriano exercia as funções de redator-chefe da *Cidade do Crato*, órgão oficial do Partido Republicano Conservador. É responsável pelo artigo de fundo. Jamais foi ou seria, no entanto, um militante, um político partidário. Porisso, fugindo à aridez dos comentários de doutrinação, produz crítica literária, crônicas, publicando, inclusive, pequenos ensaios jurídicos.

Foi por esse tempo, precisamente, que surgiu um grave atrito entre o Coronel Belém e Soriano, resultando na sua remoção, a pedido, para a vizinha cidade de Barbalha, prestigiado por José Bernardino de Carvalho Leite e outros chefes políticos de prestígio da terra.

Quatro meses depois de instalado na nova Comarca, Soriano de Albuquerque transfere o Colégio Leão XIII para Bar-

balha. E, no dia 1 de maio de 1903, contando com a colaboração de José Marrocos e José Bernardino, estrutura a Empresa Tipográfica Caririense. Finalidade: editar o *Jornal do Cariri* — um órgão imune a qualquer tipo de influência político-partidária.

Barbalha que, já então, contava com o Gabinete de Leitura e a entidade denominada Progresso Artístico Literário, vê surgir a “Sociedade Instrutiva José Marrocos”. De Estatuto muito curioso. Realmente. No primeiro domingo — discursos em português. No segundo, fala-se francês. E, no terceiro domingo de cada mês, polêmica e controvérsia. De três em três meses, uma conferência científica.

Em 1903, Soriano escreveu e encenou três peças: “Por Paus e por Pedras”, revista; “Em Casa e na Aula”, comédia; e “Via Dolorosa”, drama.

Ao lado dessas pujantes atividades nas letras e no Magistério, Soriano exercia-se, plenamente, como magistrado. Reconhecia o poder absolutista dos coronéis, mas não se rendia às suas imposições. Ainda que não pudesse fugir às vinculações que mantinha com a política dominante.

Conta-nos o escritor Abelardo F. Montenegro, o seu mais completo e autorizado biógrafo, que Soriano, refreando as injustiças do coronelato, concedia *habeas corpus*. E ele mesmo dava cumprimento à ordem, abrindo as portas da cadeia e soltando os presos beneficiados.

Em 1904, deposto o Coronel Belém, o Coronel Luís Alves Pequeno assume o controle político e a chefia do Partido Republicano Conservador, no Crato, apoiado pelo Pres. Acióli.

No dia 11 de setembro, Soriano assume as funções de redator-chefe do jornal *Correio do Cariri*, que substitui a *Cidade do Crato* como órgão oficial do P.R.C. na zona sul do Estado.

Logo depois consegue a sua nomeação como professor interino da Faculdade Livre de Direito do Ceará.

Passando a residir em Fortaleza, Soriano busca o contato e a convivência com os intelectuais da terra. E inicia a publi-

cação de vários trabalhos, destacando-se *O Cariri*, romance de costumes.

Em 1905 Soriano de Albuquerque é escolhido para redigir a *Memória Histórica da Faculdade Livre de Direito*. É a sua primeira tentativa séria de análise sociológica. A fundação da Faculdade de Direito, por exemplo. Não uma dádiva, um favor, mas um imperativo. O atendimento de uma solicitação do nosso próprio desenvolvimento cultural.

A *Memória* de Soriano apresenta elementos de renovação facilmente identificáveis. Sustenta que o Direito, vivendo e progredindo dentro da sociedade, é um produto da sociedade. Nega o *Direito Natural* para afirmar, em seguida, que o conhecimento científico é condição essencial à explicação do Direito. Defende, em consequência, a criação de uma Cadeira de Sociologia.

Em 1906 Álvaro de Alencar redige a *Memória*. Silêncio tumular sobre as questões que Soriano havia lançado ao debate. Na *Memória* do ano seguinte, Fiúza de Pontes faz uma ligeira referência ao trabalho de Soriano, mas para dizer que o estudo da sociologia enfrentava grandes dificuldades.

Em 1908, na *Memória* que Antônio Arruda redige, são manifestas as reservas no tocante à sociologia. Virgílio de Moraes preocupa-se com a decadência do ensino, na *Memória* de 1909, enquanto Alberto Magno da Rocha (1910), faz da *Memória* um relato de questões atinentes ao ano letivo.

Em 1912, sete anos depois de apresentada, a *Memória* de Soriano de Albuquerque é aprovada pela Congregação da Faculdade de Direito. Em 1911, Antônio Augusto, apesar de indicado, deixa de redigir a *Memória*. Em 1913 a Congregação não designou o responsável pela *Memória*. Tomás Pompeu, na *Memória* 1914-1915, preocupa-se com os métodos do ensino, principalmente no curso superior.

No dia 13 de fevereiro de 1906, Soriano de Albuquerque é indicado para reger, interinamente, a Cadeira de Filosofia do Direito, vaga em virtude da transferência de Antônio Augusto Vasconcelos, seu titular, para outra cátedra.

Até então Soriano de Albuquerque não tivera oportunidade de defender, publicamente, as suas idéias, difundidas, apenas, nos círculos restritos de professores e alunos. A tese que desenvolve na Fênix Caixeiral, analisando o processo da “evolução social cearense”, alcança merecida e justificada repercussão.

No dia 30 de março de 1907 a Congregação aprova o programa da Cadeira de Filosofia do Direito, apresentado por Soriano, incluindo o estudo da sociologia — seus métodos e concepções sociais, os fenômenos sociológicos, sua classificação e suas leis.

Em 1909 participa do I Congresso Jurídico Brasileiro, no Rio de Janeiro. Apresenta tese e, nesse trabalho, aprofunda algumas das questões suscitadas no seu programa de ensino da Filosofia do Direito. Sustenta que, no mundo social, é uma necessidade de preservação que toda perturbação cesse, embora a sua cessação dê lugar ao aparecimento de outras, pretendendo ter elaborado a “sistematização dos direitos baseada numa nova teoria da sociedade”.

Busca Soriano, realmente, identificar as contradições e as leis que regem a sociedade. Mas, não aceitando a “luta de classe”, terminava projetando outra natureza de conflitos para justificar a sua dialética, o seu método de interpretação.

— “As concepções atuais da religião — afirmou certa vez — serão inadequadas; mas a religião mesma não desaparecerá porque é um fato social e não uma criação do nosso espírito ou um produto de nossa imaginação.”

Segue-se um período de intensa atividade no Magistério, cobrindo, basicamente, os anos de 1910 a 1913, destacando-se que, em 1909, Soriano já lecionava na Faculdade de Direito, no Instituto de Humanidades e no Instituto Miguel Borges.

Em março de 1910 vem a lume, no Rio de Janeiro, a *Revista Brasileira de Sociologia*. E, para que se tenha uma idéia de sua importância, basta dizer que Clóvis Beviláqua era um dos colaboradores.

Mas, como já dissemos, o período de 1910 a 1913 registrou vários acontecimentos importantes na área do ensino. Por exemplo: no dia 16 de agosto de 1911, juntamente com Antônio Augusto de Vasconcelos e Antônio Arruda, Soriano fundava o Curso de Ciências Sociais e Línguas, apresentando um programa de admissão às unidades de ensino superior daqui e de outros Estados — Faculdade de Direito, Medicina, Engenharia, Farmácia e Odontologia.

No dia 3 de outubro do mesmo ano, ainda por sua iniciativa, nascia a Escola Polimática do Ceará, destinada a estudantes do sexo feminino. Eis algumas matérias mais importantes do seu currículo: Psicologia da Criança, Ciência da Educação, Estatística, Higiene, História da Civilização e Psicologia dos Sexos.

No dia 24 de dezembro de 1912, em virtude do falecimento de Virgílio Augusto de Moraes, Soriano assume a Cadeira nº 12 do Instituto do Ceará.

No ano seguinte (11 de junho), Antônio Augusto Vasconcelos, Epaminondas da Frota e Soriano de Albuquerque fundam a Faculdade de Letras do Ceará. Sua finalidade é difundir a cultura, proporcionando aos seus alunos um conhecimento geral, não só das línguas e ciências compreendidas no seu curso integral, como de sociologia, filosofia e literatura. Matérias que formam — vale esclarecer — um curso à parte, de Doutorado.

No dia 12 de abril de 1914 circula em Fortaleza o *Diário do Estado*, jornal atuante, de feição gráfica moderna, propriedade de A.C. Mendes. Soriano responde pela sua direção. É a última missão importante de que se desincumbe.

Não se pode negar, evidentemente, ter sido Soriano de Albuquerque uma personalidade controversa, irrequieta e conflitante. Todavia, íntegro, honesto. Um mestre profundamente corajoso.

— “Apresentei um programa de ensino — ele próprio relata — que divergia consideravelmente das normas seguidas pelo meu ilustrado antecessor, declaradamente católico. Cogitava em semelhante programa das doutrinas filosóficas

mais notáveis, como introdução ao estudo da Filosofia do Direito.” A verdade, no entanto, depõe ainda Soriano, é que “operou-se um verdadeiro escândalo no meio cultural de Fortaleza, a ponto de, encontrando-se comigo, dizer-me o Barão de Studart, com a amabilidade que o caracterizava, que eu estava pregando idéias subversivas”.

Raimundo Girão, que dedicou a Soriano de Albuquerque um capítulo de sua *História da Faculdade de Direito do Ceará*, afirma que ele era um corajoso. “Não temia romper, como se fazia preciso, com o mesmo do ensino para fazer da Faculdade um fator do nosso desenvolvimento mental.”

Tomás Pompeu, num esboço biográfico extremamente rigoroso, afirma, porém, que Soriano “precisava ter vivido, estudado na natureza e nos livros para dar o que a sua bela inteligência prometia. A transição do literato imaginoso para o pensador não tivera tempo de se completar; ficara no meio do caminho, à espera dos anos que ensinam a ver, a observar, a conter a própria imaginação”.

Acontece que Tomás Pompeu não encontrou adeptos para o tipo de ajuizamento que fez, pretendendo analisar o comportamento, as atividades e a obra do antigo Juiz-Substituto. Encontrou, ao invés disso, quem reagisse, como o fez o escritor Abelardo F. Montenegro, autor de *Soriano de Albuquerque — Um Pioneiro da Sociologia*.

— “Tomás Pompeu — diz Abelardo — era um recluso que vivia no meio de centenas de livros. Escrevia sobre tudo: cultura da maniçoba e do algodão, porto do Mucuripe, seca. Caracterizava-se por vasta erudição, que corria parrelha com a de Rui. Os seus livros dão uma prova da biblioteca que possuía. Havia herdado fama e fortuna do pai. Não se distinguia como espírito criador. Fugia da popularidade. A sua inteligência estava a serviço da classe a que pertencia. Dirigia um estabelecimento bancário. Redigia as mensagens do Presidente Acioli. A Associação Comercial nenhuma medida tomava sem consultá-lo.”

No dia 5 de setembro de 1941, em Fortaleza, faleceu Manuel Soriano de Albuquerque, aos 37 anos. Deixando uma he-



rança cultural das mais ricas e valiosas, fundamentada no culto à ciência, no repúdio à intolerância e no amor à liberdade.

Adonias Lima nasceu no dia 26 de dezembro de 1887, na cidade de Pombal, Paraíba. Seus primeiros estudos foram feitos aqui mesmo, em Fortaleza, matriculando-se na Faculdade de Direito em 1907. Data daí o seu conhecimento e aproximação com o professor Soriano de Albuquerque, que estava revolucionando as práticas do ensino superior em nosso Estado.

Já então fazia jornalismo político, em oposição ao Governo do Presidente Antônio Pinto Nogueira Acióli, firmando posição ao lado de João Brígido e Agapito Jorge dos Santos. Por esse tempo começa a escrever *Fantasia Sentimentais* (em prosa), além de artigos também de tratamento literário, publicados na revista *Fortaleza*. Faz incursões no campo da poesia, porém desiste. Não mais reincidindo, nem mesmo como poeta bissexto.

Três anos depois, isto é, em 1910, transfere-se para a Faculdade de Direito do Recife. E passa a exercer atuação destacada na imprensa, militando no jornal *O Pernambucano*, dirigido pelo professor Henrique Milet.

Em 1911 publica *Idolatria Leiga*, analisando o culto à estátua e adoração à bandeira. Nesse mesmo ano retorna ao Ceará e conclui, na Faculdade de Direito, o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais.

Em 1912 é nomeado Promotor de Justiça pelo Vice-Presidente Antônio Frederico de Carvalho Mota, em exercício por força da deposição do Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli.

Dez meses depois, abandona a Promotoria e exonera-se do cargo, solidarizando-se com João Brígido e Agapito Jorge dos Santos, ambos, já então, fazendo oposição ao Coronel Marcos Franco Rabelo, novo Presidente do Estado.

No Rio de Janeiro, para onde seguiu, Adonias ingressa na imprensa, sustentando, através de *O Imparcial*, enérgica campanha contra o Governo do Ceará.

Em 1913, nomeado Juiz Federal Substituto, retorna a Fortaleza, daqui não mais se afastando. Publica em 1914 *A Mu-*



*Iher e Sua Cultura Intelectual e Amor e Casamento* — conferências.

No ano seguinte, quando da fundação, no dia 15 de novembro, do “Recreio Literário Soriano de Albuquerque”, Adonias pronuncia uma conferência intitulada “Soriano de Albuquerque — Sua Influência na Vida Intelectual do Ceará”, por sinal, publicada no mesmo ano.

Em 1917 vem a lume *O Terror da Morte*. Em 1931, publicando *A Vitória do Feminismo*, adentra-se na análise da sociologia sexual, produzindo uma obra que alcança repercussão no país inteiro.

Em 1937, implantado o Estado Novo e extinta a Justiça Federal, Adonias Lima fica em disponibilidade. Situação que perdurou até 1931, quando foi nomeado para a Presidência do Conselho Regional do Trabalho, posteriormente transformado em Tribunal Regional do Trabalho. Aposenta-se na função.

Cursino Belém, analisando *A Mulher e Sua Cultura Intelectual*, anota, de saída, que Adonias insurge-se contra a afirmativa, geral e corrente, que faz da mulher u’a “mísera escrava do homem, dócil instrumento dos seus caprichos e seus desejos”.

Na idade patriarcal — argumenta o próprio Adonias — a mulher não tamava parte nos negócios de ordem política e religiosa. Não porque o homem primitivo lhe atribuisse carência de aptidão. Mas pelo fato de que ele acumulava as funções de pontífice e de guerreiro, vedando a ela essa rubra missão, por um princípio originário da divisão do trabalho.

E observa, ainda, que “quando o pensamento republicano e o livre jogo das idéias derrocaram a realeza e os privilégios de hereditariedade hierárquica no destino e governo dos povos, todos os homens, posta em concorrência a sua capacidade pessoal, foram chamados a colaborar nos negócios públicos”.

Na extensão desse raciocínio, “o Estado não recusará à mulher nenhum posto de responsabilidade e os interessados jamais deixarão de utilizar os seus talentos e aptidões profissionais a pretexto de sua sexualidade”.

Comentando *Amor e Casamento*, Farias Brito reconhece que Adonias Lima “não é somente um artista, mas também um pensador”. E proclama que as suas conferências são belíssimas, não apenas na forma, mas na rigorosa solidez do conteúdo, “sendo perfeitamente seguras as idéias que defende”.

A tese defendida em *Amor e Casamento* pode ser assim resumida: o casamento é um contrato civil, como outro qualquer. Considerando-se que as partes são livres para realizá-lo, deve-se-lhes facultar a mais ampla liberdade. Conseqüentemente, o casamento deve ser dissolúvel. Mais do que isso: temporário, embora desejável que venha a se tornar indissolúvel, como conseqüência natural da livre aceitação.

No seu livro *A Vitória do Feminismo*, Adonias aprofunda as questões relacionadas com a origem do casamento e da família. Além disso, investiga os processos, em desenvolvimento, de integração da mulher à sociedade, evoluindo do casamento temporário para o amor livre.

— “No presente período social, em que os deslumbramentos do progresso intensificam as emoções e despertam a consciência de todos os direitos e de todas as liberdades individuais, só o amor livre resolve o magno problema sexual, que encerra a fonte da suprema felicidade humana.”

Clóvis Beviláqua considera *A Vitória do Feminismo* uma “obra erudita que, apesar de algumas audácias no dizer, é valiosa e merecedora da estima dos estudiosos”.

No prefácio que escreveu para *O Amor Físico e a Mulher*, Joaquim Pimenta põe em destaque a soma de conhecimentos científicos que Adonias reúne, particularizando, por outro lado, a “profundidade do espírito de análise — campo de observação em que se desenvolve, devassando um domínio da cultura contemporânea, onde os que se empenham na investigação da verdade ainda têm de mergulhar, como se fossem escafandristas, em oceano tenebroso e hostil, de erros e preconceitos”.

“Obra de estudo rigoroso, arrimada em profundos conhecimentos sociológicos, cenarizando extensa biografia”, o tema

abordado, na opinião do Senador Almino Álvares Afonso Neto, “é, sobretudo, um atestado de grande coragem”.

Adonias Lima faleceu quando já se aproximava dos 84 anos de idade. Seu corpo baixou à sepultura, com grande acompanhamento, no dia 12 de março de 1971. Autoridades, intelectuais e homens do povo ofereceram-lhe, assim, o último e comovido adeus.

Resta-me, agora, dizer algumas palavras de agradecimento. E não apenas a Cláudio. Também a Fran, sem cujo incentivo e ajuda eu talvez continuasse inédito. Fran Martins não se limitou a ler os originais de *Os Amigos do Governador*. Fez a sua publicação na Revista *Clã*. E garantiu-me uma separata de 300 exemplares. Abrindo, assim, caminho para a edição de *Barra da Solidão*, pela imprensa Universitária.

Não sou de fácil relacionamento. O corpo-a-corpo em que vivo, empenhado na luta pela sobrevivência, tem me deixado marcas profundas. Não sou, porém, um homem amargo. Não carrego decepções que não saiba identificar. E, precisamente por isso, acredito no futuro. Diria melhor: no presente. Não um dia qualquer. Uma data perdida no calendário do tempo. Que novas são as experiências e amplos os caminhos que estamos percorrendo.

Entre mim e Cláudio existem pontos de contatos, afinidades e querências. Uma origem quase comum determinando a nossa aproximação. Caminhos que saindo da Casa da Torre cruzam-se na Casa Grande da Mangabeira, passando pelas “terras imensamente alegres e verdes do Vale do Cariri”.

Mas isso não impediu que Cláudio Martins tivesse uma infância pobre. Nem que eu me aproxime da velhice enfrentando contingências existenciais que parecem não ter fim.

Creio, acima de tudo, que é esse passado de terra verde, de serras e rios, de cangaceiros e beatos, que nos une. Que nos transforma, novamente, em meninos libertos, desenhando mulheres e pássaros nas lajes brancas das ruas do Crato, dando mergulhos e cangapés nas enchentes do rio Salgadinho.

Sou muito grato. Obrigado por tudo.